



## O sonho vendido: o processo de tradução na exploração da utopia de Pero Vaz de Caminha

### The sold dream: the translation process in the exploration of Pero Vaz de Caminha's utopia

Ânderson Martins Pereira<sup>1</sup>

Mariane Pereira Rocha<sup>2</sup>

Ariane Ávila Neto Farias<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho objetiva refletir o papel da tradução no processo de rompimento do sonho utópico português referente aos índios brasileiros, já que foi através da figura de intérpretes, responsáveis pelo intermédio entre os portugueses e povos nativos que a idealização dos indígenas deu lugar ao reconhecimento de suas crenças e tradições que diferiam das expectativas portuguesas. Serão analisados os textos “Carta do achamento do Brasil”, de Pero Vaz de Caminha, e “A conquista e a posse”, de Pero Lopes de Sousa, a fim de investigar o papel do ‘língua’, indivíduo responsável pelo processo de interpretação e tradução, sujeito ponte entre o imaginado utópico e a materialidade da futura colônia. Para tanto, serão utilizadas, principalmente as reflexões teóricas de Carlos Alberto Faraco (2016) e Dennys Silva-Reis e Marcos Bagno (2016) sobre o tema.

**Palavras-chave:** utopia; indígenas; tradução; língua

**Abstract:** The present work aims to reflect about the role of translation in the process of rupture of the Portuguese utopian dream regarding Brazilian Indians since it was through the figure of interpreters, responsible for the intermediary between the Portuguese and native peoples that the idealization of the Indians gave rise to the recognition of their beliefs and traditions, which have differed from Portuguese expectations. The texts "Carta do achamento do Brasil", by Pero Vaz de Caminha, and "A conquista e a posse", by Pero Lopes de Sousa, will be analyzed in order to investigate the role of ‘Língua’, an individual responsible for the process of interpretation and translation, a bridge between the imagined utopian and the materiality of the future colony. To this end, the theoretical reflections of Carlos Alberto Faraco (2016), Dennys Silva-Reis and Marcos Bagno (2016) on the theme will be used.

<sup>1</sup> Professor de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literatura no Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Doutorando em Letras, na área Estudos Literários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Letras na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

<sup>2</sup> Professora de Literatura e Língua Portuguesa no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), campus Bagé. Doutoranda em Letras, com ênfase em Literatura, cultura e tradução, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestra em Letras, na área de Literatura Comparada, pela mesma instituição (2019). Realizou a Graduação em Letras com habilitação em Português, Inglês e respectivas Literaturas na Universidade Federal do Pampa (2015).

<sup>3</sup> Professora de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literatura no Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Doutoranda em Letras, na área de História da Literatura da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Pampa (2011) e mestrado em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (2017).



**Keywords:** utopia; indígenas; translation; language.

## **Considerações iniciais**

Os primeiros relatos das navegações portuguesas ao chegarem em novo solo, território que viria a ser brasileiro, trazem passagens idílicas tanto em relação à terra e seus possíveis metais preciosos, quanto aos seus habitantes nativos. Nesse tipo de relato já encontramos a presença de um olhar utópico, ou seja, a noção de sociedade enquanto lugar ideal, onde o futuro construído será da esfera do sonho. Assim, percebe-se que a utopia enquanto conceito permeia o Brasil desde sua conquista.

Entretanto, alguns dos documentos escritos pelos conquistadores sugerem que, a partir da exploração do território brasileiro, a ideia de um futuro sublime para a nova terra e seus nativos se desfaz, dando lugar à objetificação dos recursos naturais e à animalização de homens e mulheres indígenas. Desse modo, há uma diferença entre a abordagem utilizada nos primeiros relatos e aquela encontrada nos registros posteriores sobre a nova terra, no que diz respeito à expectativa de catequização dos povos originários, bem como da relação dos portugueses com eles.

Nesse processo, a tradução desempenha um papel fundamental para o esfacelamento do ideal utópico, já que foi através da figura de intérpretes, responsáveis pelo intermédio entre os portugueses e povos nativos, que a idealização dos indígenas deu lugar ao conhecimento efetivo de suas crenças e tradições que, frequentemente, diferiam das expectativas portuguesas. Ao mesmo tempo, é nesta persona que muito do poder e intenção de exploração da metrópole reside.

Dessa forma, o presente trabalho pretende demonstrar como esse processo de quebra do sonho utópico português está entremeado aos processos tradutórios que efetivaram a relação entre portugueses e nativos. Assim, analisar-se-á o papel do ‘língua’, indivíduo responsável pelo processo de interpretação e tradução, sujeito ponte entre o imaginado utópico e a materialidade da futura colônia. Para tanto, à luz das reflexões teóricas de Carlos Alberto Faraco (2016), Dennys Silva-Reis e Marcos Bagno (2016) e Walter Benjamin (2008 [1923]), serão analisados os textos “Carta do achamento do Brasil”, de Pero Vaz de Caminha e “A conquista e a posse”, de Pero Lopes de Sousa.



## 1 A construção da utopia: a língua como elemento de ligação entre Portugal e a colônia brasileira

O período chamado “Era dos descobrimentos” acrescentava ao imaginário popular a existência de novas terras, nas quais se pudesse fundar um verdadeiro paraíso. Este período de novas invenções e descobertas permitiu a floração de um pensamento positivista, fazendo com que os cidadãos acreditassem que não apenas novas terras seriam conquistadas para o bem da metrópole e da igreja, como também que as novas invenções iriam propiciar felicidade e conforto à vida humana.

O conceito de utopia aparece pela primeira vez no livro *Utopia* (2013 [1516]), de Thomas More. Esse se refere, ao mesmo tempo, a um gênero literário que descreve um conjunto de textos e a um conjunto de espaços idealizados. Contudo, o lugar utópico foi pensado primeiro por Platão em *A república* (2001[3-- a.C.]) texto no qual o filósofo concentra-se em um local idílico e estabelece um paralelo com as incongruências na organização da sociedade grega. *A república* foi publicada não como ficção, mas como um relatório de viagem. Na narrativa do autor, a jornada vai além do território conhecido do mundo antigo grego, deixando no texto traços de plausibilidade existencial e esperança na descoberta de terras melhores.

Um dos significados da palavra utopia deriva do grego *ou-topos* ou *u-topos* — “não-lugar”. No título *Utopia* (2013 [1516]), Thomas More brinca com a pronúncia do prefixo em inglês criando uma eutopia ou *eu-topos*-, “bom lugar”. No livro *Narrating Utopia*, Chris Ferns (1999) trabalha concomitantemente com as duas ideias. Assim, a utopia é, simultaneamente, uma eutopia, um lugar ideal e uma outopia, que é um “não-lugar”, manifestado a partir dos desejos e anseios de seu contexto social.

Segundo Lyman Tower Sargent (2010), a utopia não se restringe a textos literários, mas é consoante à sociedade e, portanto, anterior à literatura. Ao cunhar o termo utopianismo, o autor refere-se à capacidade humana de pensar sociedades possíveis. Ademais, Sargent (2010) relaciona o



# Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG - LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<http://seer.ufrgs.br/NauLiterária>

Vol. 17, n. 2, 2021

conceito à sociedade que o concebe; logo, no tocante à “Era dos descobrimentos”, o imaginário acerca de novas configurações sociais é predominante no período.

O início do período de colonização do Brasil é marcado pelo ideal utópico; esse período é permeado por um discurso idílico que perpassa o mito da nova terra. Dom Manuel I, rei de Portugal, coroado em 1495, seguiu a política dos descobrimentos e conquistas de novos territórios de seu primo, o rei João II. É para ele que serão comunicadas as primeiras impressões do país recém “descoberto”, Brasil. O primeiro relato da chegada dos portugueses foi realizado por Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, através de epístola. No documento enviado ao rei, observa-se a presença do pensamento utópico, conforme vemos abaixo:

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. E, portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fê, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fê católica, deve cuidar da sua salvação. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim (CAMINHA, 2000 [1500], p.24).

Salienta-se que o texto bíblico é parâmetro para a descrição realizada por Caminha da terra recém descoberta; é a partir desse suporte que o escrivão poderá “situar, explicar, dentro de padrões etnocêntricos, os seres [...]” (SANTIAGO, 239, p. 281). Nesse sentido, o escrivão faz considerações aprazíveis quanto aos indígenas encontrados na terra.

Cabe-se salientar que são várias as passagens em seu relato sobre o espaço e sobre a possibilidade de encontro de metais preciosos, todavia, é na figura do índio que a sua escrita estará centrada. Dentre os adjetivos utilizados para os índios, observa-se a utilização de palavras como “inocentes” e “bons”, sugerindo o ideal utópico do português diante da terra de selvagens. Além disso, Caminha pontua que foi por vontade divina, ou seja, “não foi sem causa” que os portugueses aportaram no Brasil. É dessa maneira que Caminha tenciona apresentar esse lugar e seus habitantes, como um espaço possível para a difusão da fé cristã e seus valores.



Sobre a leitura acerca da terra desconhecida realizada pelo navegador português, Silviano Santiago (1981) afirma que esse, ao apontar a realidade paradisíaca do lugar em que aportavam, bem como a inocência dos que ali viviam, de alguma forma aproxima esse espaço ao Paraíso Terreal, o local que marca o tempo anterior a queda de Adão e Eva. Essa seria a forma encontrada pelo europeu para conciliar a sua nova conquista aos moldes eurocêntricos da época, marcando o discurso idealista, preso aos valores religiosos, do dominador:

[...]Seria a maneira de integrar ideologicamente o “desconhecido” (Brasil) ao conhecido (Europa), sem que se salientassem as diferenças das partes, diferenças estas que certamente escapariam do compressor etnocêntrico. O próprio desconhecido já tem um lugar concreto e predeterminado pelos textos da época – o Paraíso Terreal –, passando a sua leitura e compreensão a ser contínua “historicamente”, cristalina e lógica (SANTIAGO, 1981, p. 239)

Nesse âmbito, na “Era dos descobrimentos”, os valores cristãos eram indispensáveis à ideia de uma sociedade perfeita. Assim, elementos de igualdade e de organização social, princípios tomados como basilares no cristianismo, eram característicos do gênero utopia<sup>4</sup> (FERNES, 1999). Dessa forma, o pensamento utópico que perpassa a narrativa de Caminha emula uma sociedade futura, da qual portugueses e indígenas usufruiriam. Essa comunidade seria norteadada, então, pela fé cristã, tendo como paisagem a magnífica terra recém descoberta:

E, segundo o que a mim e aos outros pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entendermo-nos, porque assim tomavam o que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde que nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados, que aqui entre eles ficam, os quais hoje também comungaram ambos. (CAMINHA, 2000 [1500], p.20)

Percebe-se que o pensamento utópico relacionado à fé cristã é permeado pelo impasse da comunicação gerado pela inexistência de uma língua em comum entre o colonizador e o povo indígena. Para Caminha, como consequência dessa barreira de linguagem, aos índios faltaria

---

<sup>4</sup> Salienta-se que os ideais de igualdade visto pelas utopias publicadas entre o intervalo do século XVI e XVII representam apenas a comunidade colonizadora europeia e pouco se interessam ou incluem de maneira utópica indivíduos de outros grupos, podendo, em vários momentos, apresentar características machistas, racistas e/ou xenofóbicas.



alguém que comunicasse a doutrina cristã, o que impossibilitaria o processo de catequização e o batizado desses sujeitos.

De modo a sanar o problema da comunicação, a comitiva de Pedro Álvares Cabral deixa no Brasil os degredados portugueses, criminosos que eram levados a bordo dos navios de exploradores, com o intuito de que esses aprendam a língua dos nativos. Assim, os portugueses poderiam introjetar sua fé e cultura no povo encontrado. Sobre esse período, no texto intitulado “Os intérpretes e a formação do Brasil: os quatro primeiros séculos de uma história esquecida”, Dennys Silva-Reis e Marcos Bagno (2016) pontuam:

Ao observarmos a História da Tradução no Brasil, é fato que a tradução oral sempre ocupou a dianteira, ora como simples meio de contato, ora como ofício institucionalizado. Somado a este argumento, sabe-se que a figura do intérprete no percurso secular da história brasileira sempre esteve associada às variadas profissões e ofícios cujos praticantes falavam outras línguas e, conseqüentemente, se inseriam em outras culturas. (2016, p.85)

Os teóricos também salientam que a figura do intérprete surge no período de colonização brasileira. Nesse período, serão os criminosos portugueses que farão o intermédio entre a coroa e a colônia em devir. Ademais, cabe ainda salientar que no decorrer do processo de colonização, o grupo de tradutores foi também formado pelos filhos de portugueses com as índias, que aprendiam ambas as línguas, o que possibilitava o adentramento em ambas as culturas. Os indivíduos que praticavam o ofício de tradução oral eram chamados de ‘línguas’ e foram utilizados por Portugal para aprofundar a relação entre a metrópole e a colônia.

## **2. O sonho perdido: a ruína da utopia brasileira**

É a partir do entendimento da língua indígena associada ao conhecimento da cultura que os novos escrivães portugueses irão reescrever a utopia brasileira. Os relatos subsequentes à carta de Caminha apresentam o índio não mais como um possível católico, mas as características dadas aos nativos vão se distanciando cada vez mais da definição do que é um ser humano à época,



aproximando-os de uma animalidade. Traz-se, então, o relato de Pero Lopes de Sousa, que acompanhou uma expedição ao Brasil no ano de 1530:

Passando já agora da lenda iá realidade histórica, aos costumes guerreiros e marítimos dos tupis, assistamos com os recém-vindos de Martim Affonso, á peleja de 50 almadias ou “igaras” de uma banda, contra outras cinquenta que se lhes oppõem. Se cada igara era guarnecida por sessenta homens - como affirma o Diário - o effective em lucta nesse valoroso combate naval teria sido de 6.000 indios. Imaginemos esses ligeiros barcos de pavezes pintados e festivos; e mais: o aspecto bizarro e selvagem dos tupis com as pennas de aves vistosas compondo as araçoiás garridas; o vozear da gente da flotilha vogando nas azulmas vos, e os matavam com grandes cerimoniaes, presos'per cordas, e depois de mortos os assavam e comiam: nam tem nenhum modo de fisica: como se acham mal nam comem, e poem-se ao fumo; e assi pelo conseguinte os que são feridos. Aqui deixou o capitam I. dous homês, para fazerem experiencia do que a terra dava, e lhes deixou muitas sementes (SOUSA, 1927[1530?],p. 155-156).

Pode-se ver, no trecho acima, que o autor destaca o ritual antropofágico realizado pelos índios. Sabe-se que tal cerimônia não era bem vista pelos portugueses, que a considerava com uma espécie de “selvageria”, sem entender as suas reais dimensões ou implicações para as tradições dos povos indígenas. A descrição da antropofagia demonstra a contradição da ideia de que os índios facilmente se tornariam cristãos através da intermediação portuguesa, pensamento calcado no imaginário do colonizador de que o povo colonizado não possuía credo. Percebe-se, então, um relato mais descritivo que perde seu caráter idílico em comparação com a primeira impressão descrita por Caminha.

É fundamental pontuar que a narrativa de Sousa (2000 [1530?]) assinala que os portugueses puderam conviver com os índios principalmente devido ao papel desempenhado pelo língua, Diogo Alvares, conhecido como Caramuru, que havia naufragado na Bahia em 1510 e aprendido a língua e os costumes dos índios desde então, como vemos no trecho abaixo:

Tal se diria quatro annos após tocarem pela 1.a vez os navios de Martini Affonso na bahia de Todo los Santos, para se affirmar o que ao tempo futuro se saberia do Caramurú, e que realmente fôra elle ali um elemento valioso ao inicio da colonização da terra bahiana por esses dias remotos: alguns destes de desventuras e luctas como os que assistiria em Villa Velha com Pereira Coutinho, 1. donatario dessa capitania; outros mais promissores ou afortunados, como os que ahi viria a viver com os Governadores Geraes Thomé de Sousa e Duarte da Costa. Para Martim Affonso foi elle informante capaz da terra, dando “rezam larga do que nella havia” e influindo em que os principaes dos tupis ou



# Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG - LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<http://seer.ufrgs.br/NauLiterária>

Vol. 17, n. 2, 2021

seus caciques prestassem obediência a elle capitão mór, com grandes honras e “grandes festas e bailos” (p. 152).

Desse modo, pode-se dizer que é a partir do língua e da tradução que os portugueses teriam um contato mais realista e menos utópico com os índios e com o território que vinha se desvelando. As experiências e vivências dos nativos, a partir da tradução, se tornaram mais explícitas para os colonizadores. Nesse viés, a figura do língua no Brasil representa uma tradução oral que se vale de signos, sinais e da cultura compartilhada para fazer emergir a experiência e a articulação entre os povos. Sabe-se, contudo, que essa tradução é perpassada por relações de poder e é motivada pelos interesses de Portugal. Ainda sobre as características do língua no período, Carlos Alberto Faraco (2016) pontua:

Os línguas não funcionavam apenas como intérpretes linguísticos, mas também (e principalmente) como mediadores que atuavam quer nos processos de desvelamento, para o europeu, da geografia, da sociedade e da cultura dos territórios visitados ou ocupados; quer nos processos de imposição, às populações locais, da lógica colonial nas relações econômicas, políticas e socioculturais. Nesse sentido, os línguas, pelo seu saber linguístico, dispunham de uma dose de poder que fazia deles agentes cruciais nas sociedades criadas ou recriadas pelo colonialismo europeu. Nas feitorias eram efetivos funcionários da administração e muito bem remunerados (2016, p.63).

Como visto acima, os línguas operavam através de uma posição política bastante forte e, ainda que fossem aceitos nas comunidades indígenas, seus julgamentos de valor tendiam à unilateralidade, pois se constituíam de forma a beneficiar à coroa portuguesa. Deixa-se, aos poucos, de enxergar o índio como um possível cristão e a visão objetificada e animalizada sobre o índio é cada vez mais fortalecida. Outro exemplo dessa nova leitura do índio pode ser observada nos relatos do historiador Pêro de Magalhães Gândavo. Para ele,

A língua de que usam, toda pela costa, é uma: ainda que em certos vocábulos diferem em algumas partes; mas não de maneira que se deixem de entender. [...] Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente (1980[1578], p.20).



# Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG - LET UFRGS ISSN 1981-4526

<http://seer.ufrgs.br/NauLiterária>

Vol. 17, n. 2, 2021

Tanto em Sousa quanto em Gândavo, nota-se um grande rompimento do ideal utópico proposto por Caminha em 1500. Os índios são considerados não mais como possíveis cristãos, mas como um povo que rompe com os ideais lusitanos. As críticas feitas por Gândavo são exatamente sobre os pilares portugueses rompidos pelos indígenas: não possuir lei, rei ou fé. Isso os destituiria da possibilidade de catequização e, sendo assim, para os colonizadores, de sua própria humanidade. A narrativa utópica é, dessa forma, reduzida.

O motivo para uma revisão do ideal utópico é aventado a partir da relação entre utopia e estado-nação proposta Phillip E. Wegner (2002). Sobre este viés, o autor pontua que:

A tradição posterior da narrativa utópica toma o estado-nação como o objeto de sua crítica estranhadora, continuando a reforçar o sentimento de comunidade nacional como um sujeito de direito, como agente autônomo que desempenha um papel vital na formação da narrativa de desdobramento da modernidade (WEGNER, 2002, p.59; nossa tradução)<sup>5</sup>

O excerto acima analisa as utopias do século XIX que trazem para si um ideal nacionalista, até então incomum no subgênero narrativo utopia. Contudo, ainda que Wegner se refira a textos de um outro momento histórico, a conexão entre o impulso utópico e o estado-nação auxilia a pensar o motivo da não manutenção do ideal idílico na colônia brasileira. Percebe-se no Brasil uma utopia que não mais está no mundo das ideias, mas que se materializa. Neste sentido, ela deixa de ser um não-lugar de sonho fora da metrópole e torna-se um contíguo da sociedade portuguesa. O território passa a estar a serviço da coroa e, pois, deve refletir valores e interesses do colonizador. Contudo, a identidade da subjetividade do colonizador está para com sua terra natal e a colônia passa a ser uma ferramenta para a prosperidade de Portugal.

O nacionalismo é o que motiva a exploração do “novo mundo” e permeia todo o processo colonizador, porém é a partir da relação com o espaço utópico que seus efeitos objetificantes se fazem mais presentes. De maneira inicial, é sintomático o relato de caminha e seu pensar do índio com um espaço em branco, no qual será pintado os costumes e a fé católica, pois mesmo os louros

---

<sup>5</sup> Do original: *The subsequent tradition of the utopian narrative takes the nation state as the object of its estranging critique, while continuing to bolster the sense of the national community as a subject in its own right, as an autonomous agent that performs a vital role in shaping the unfolding narrative of modernity. Thus, even in a work like Bacon's New Atlantis, the problem of defining the national community is still at center stage* (WEGNER, 2002, p.59)



# Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG - LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<http://seer.ufrgs.br/NauLiterária>

Vol. 17, n. 2, 2021

na possível catequização dos índios cairiam sobre a coroa portuguesa, enquanto missão messiânica. Contudo, o idílico perde espaço na medida em que este espaço se materializa. Os relatos que procedem Caminha afastam-se da possibilidade do indígena ser um cristão e, portanto, um igual ao cidadão português em um sentido religioso e apresentam um nativo cada vez mais animalizado, incapaz de gerir a sua terra. Este pensamento auxilia na expropriação de terra e na escravização de mão de obra indígena.

O processo de valoração e desvalorização do espaço como elemento utópico e, portanto, desejável, está conectado ao estatuto da verdade. Michael Foucault, em *A ordem do discurso* (2004 [1970]), sugere que o construto do que é perfeito e necessário e, em contrapartida, o que é passível de ser objetificado e relegado ao estatuto de ferramenta são ambos construções sociais motivadas pelas instituições de poder. O desejo, visto no senso comum como de arcabouço subjetivo, é, na verdade, perpassado por uma macroestrutura que pensa ativamente o desejo de modo a se manter no poder.

Como se poderia razoavelmente comparar a força da verdade com separações como aquelas, separações que, de saída, são arbitrárias, ou que, ao menos, se organizam em torno de contingências históricas; que não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõe e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão, nem são ao menos uma parte de violência. (FOUCAULT, 2004, p. 13-14)

A partir do excerto acima, pode-se pensar a edição do impulso utópico, que permeava a nova terra, como uma intervenção no discurso para que aquele espaço deixasse de se tornar uma utopia, um lugar conotativamente melhor que a metrópole; é a partir desta atualização que esta terra se torna fonte de mercadoria para Portugal. Em um cenário mercantilista, a colônia englobava capital humano, territorial e financeiro, e a exploração destes elementos na colônia fortificava uma noção de nacionalismo português no colonizado e de pertencimento identitário daqueles que exercem controle na colônia não ao espaço-colônia, mas ao espaço da metrópole.

Neste sentido, o corpo índio torna-se índice discursivo de mercadoria. O trecho em que Souza tece comentários sobre os corpos indígenas traz algumas pistas desse novo olhar a esse sujeito: “a gente desta terra é toda alva; os homens mui bem dispostos, e as mulheres mui formosas,



# Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG - LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<http://seer.ufrgs.br/NauLiterária>

Vol. 17, n. 2, 2021

que não hão nenhuma inveja às da Rua Nova de Lisboa” (SOUSA, 2000 [1530], p. 38). A comparação feita pelo autor se inscreve entre corpos indígenas e portugueses e é feita sob a égide do produto. Quando Sousa comenta sobre os corpos dos índios ele retrata seres vistos não em sua imanência, mas sob um viés produtivista, o que é endossado quando ele descreve os homens como muito bem-dispostos, ou seja, indivíduos que podem ser explorados para o trabalho. No mesmo sentido, as mulheres são vinculadas à característica que se refere unicamente aos seus atributos de beleza. É na formosura feminina que reside uma possível comparação com a mulher portuguesa, pois a índia, enquanto mulher, tem como principal característica estar a serviço do homem, sendo um destes papéis o de objeto sexual.



## Considerações finais

É com a carta de Caminha que se situa na história o evento da descoberta da terra que viria ser o Brasil. Permeado pelo olhar religioso e utópico de Pero Vaz de Caminha, esse documento apresenta à Europa um espaço e corpos indígenas que se mostram ideais para a expansão e fortalecimento dos valores eurocêntricos. Entretanto, a utopia criada por Caminha precisava acabar. O texto de Pero Lopes de Sousa é exemplo dessa necessidade de quebra com o ideal utópico acerca do espaço descoberto.

Salienta-se que ainda há ecos utópicos no relato vindouro de Sousa, já que esse não rompe completamente com a visão de Caminha para com os corpos dos nativos nem para com o espírito do escrivão. Contudo, ao passar do tempo, veremos que as narrativas de viagem vão se tornar cada vez mais negativas no que se refere à apresentação do local explorado pelo português, assim como dos corpos dos índios, que passam a ser descritos a partir do seu valor mercantil, mão-de-obra para as empreitadas do colonizador em terras. Ademais, no que se refere ao corpo do sujeito feminino, há ainda a utilização dessas mulheres como produto para o atendimento dos desejos do homem português. Essa transição, como aqui sugerido, servirá aos objetivos políticos da metrópole.

Buscou-se demonstrar, dessa maneira, que o processo de objetificação do índio é permeado por uma corrente utópica e também pela tradução, ambos processos perpassados pela figura do língua. É a partir da existência da tradução de linguagens e do embate de culturas e valores que o mito da utopia começa a ser repensado. Ademais, é preciso salientar que a figura do língua é criada e perpassa pelo dominador, uma vez que ela é criada e fomentada pelo português e também a condição do língua é um *status* de poder diante do povo colonizado. Assim, o língua é perpassado pelos valores dominantes e é a partir deles que “traduz” o que experiencia. É importante destacar que, como bem pontua Mona Barker (2018) em seu texto “A tradução como um espaço alternativo para ação política”, o fazer da tradução está imbricado em um fazer político. Sendo este o caso, pode-se dizer que no período da colonização, o lado político da prática se acerbava.



# Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG - LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<http://seer.ufrgs.br/NauLiterária>

Vol. 17, n. 2, 2021

É imperativo lembrar que a língua é uma ferramenta para a dominação e que as línguas indígenas foram e vêm sendo apagadas exponencialmente. A imposição do português e de seus valores perpassa a subserviência e ajuda na manutenção da figura cativa do índio agora inserida em um espaço não mais seu, mas do outro. O apagamento dessas figuras e a criação de um espaço objetificado foi tão bem construído que mesmo anos após a independência do Brasil, os traços da colonização são visíveis nos indivíduos e no local da nova terra, modificando e se imbricando nessas estruturas, ao cabo que este trabalho se redige na língua do colonizador.



## Referências

- BAKER, Mona. A tradução como um espaço alternativo para ação política. Tradução de: Cristiane Roscoe-Bessa; Flávia Lamberti; Janaína Araujo Rodrigues. *Cadernos de Tradução*, Brasília, Vol. 38, No. 2, p. 339-380, 2018.
- BENJAMIN, Walter. A tarefa do tradutor. In: BRANCO, Lucia Castello (org). A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin: quatro traduções para o português. Tradução de: Tradução de Karlheinz Barck et al. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2008.
- CAMINHA, Pero Vaz de. Carta do achamento do Brasil. In: OLIVIERI, Carlos Antonio; VILLA, Marco Antonio(org). *Cronistas do descobrimento*. São Paulo: Editora Atica, 2000. p.19-25.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- FERNS, Chris. *Narrating Utopia: Ideology, Gender, Form in Utopian Literature*. Liverpool: Liverpool University Press, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004 [1970].
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- MORE, Thomas. *A Utopia*. Tradução de: Alda Porto. 1ed. São Paulo: Martin Claret, 2013 [1516].
- PLATÃO, . *A república*. Tradução de: Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001 [3-- a.C.].
- SILVA-REIS, Dennys; BAGNO, Marcos. Os intérpretes e a formação do Brasil: os quatro primeiros séculos de uma história esquecida. *Cadernos de Tradução*, Brasília, Vol. 36, No. 3, p. 81-108, 2016.
- SOUSA, Pero Lopes de. A conquista e a posse. In: OLIVIERI, Carlos Antonio; VILLA, Marco Antonio(org). *Cronistas do descobrimento*. São Paulo: Editora Atica, 2000 [1530?]. p.36-43.
- SOUSA, Pero Lopes. *Diário da Navegação*. Rio de Janeiro: Typographic Leuzinger, 1927 [1530?].
- SARGENT, Lyman Tower. *Utopianism: A very short introduction*. New York: Oxford, 2010



# Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG - LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<http://seer.ufrgs.br/NauLiterária>

Vol. 17, n. 2, 2021

WEGNER, Philip E. *Imaginary Communities: Utopia, the Nation, and the Spatial Histories of Modernity*. University of California Press: London, 2002.